

# Desembargador vai receber R\$ 25,3 mil

Chico Freire

chicofreire@jornaldodia.com.br

**E**stão em tramitação na Assembleia Legislativa três projetos de Lei que fixam o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, dos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, e dos desembargadores do Estado de Sergipe.

O PL nº 08/2013 fixa o subsídio de procuradores de Justiça em R\$ 22.323,50, a partir de 1º de janeiro de 2013; em R\$ 26.589,68, a partir de 1º de janeiro de 2014; e em

R\$ 27.919,16, a partir de 1º de janeiro de 2015.

De acordo com o artigo segundo do PL, os subsídios dos promotores de Justiça da Entrância Final e Inicial e dos promotores de Justiça substitutos resultarão da aplicação do diferencial de 6% entre as categorias da carreira, a partir de 1º de janeiro de 2013. O diferencial estabelecido será de 5%, a partir de 1º de janeiro de 2014.

O PL nº 07/2013 trata do subsídio de conselheiro e auditor do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, e de procurador e subprocurador do Minis-

tério Público Especial junto ao mesmo Tribunal, será de R\$ 25.323,51, a partir de 1º de janeiro de 2013; de R\$ 26.589,68, a partir de primeiro de janeiro de 2014; de R\$ 27.919,16, a partir de primeiro de janeiro de 2015.

De acordo com o artigo segundo, o subsídio de auditor do TCE deve corresponder a 95% do subsídio de conselheiro do TCE.

O subsídio de subprocurador do Ministério Público Especial junto ao TCE deve corresponder a 95% do subsídio do procurador do mesmo Ministério Público Especial.

O PL nº 11/2013 dispõe sobre o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

De acordo com o PL, o subsídio do desembargador será de R\$ 25.323,50, a partir de primeiro de janeiro de 2013; de R\$ 26.589,68, a partir de primeiro de janeiro de 2014; e de R\$ 27.919,16, a partir de primeiro de janeiro de 2015.

As despesas decorrentes da execução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Estado.

ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

